

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15 / Dez



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2474/2020



RIO GRANDE DO NORTE

Em Plenária, Desembargadores do TRT 21ª – RN decidem à favor da categoria



Iniciamos à segunda-feira focados no julgamento do dissídio coletivo da nossa categoria. Nossa assessoria jurídica não nos deixou na mão com sua bela oratória em defesa dos nossos direitos. Um ar de esperança surgiu diante dos embates jurídicos, porém, saímos vitoriosos em vários momentos.

Uma das vitórias foi a legitimidade da greve que havia sido confirmada pelos Desembargadores; além, de manter as cláusulas sociais que inclusive manteve a mais importante de todas que era a cláusula que exclui o trabalho intermitente na nossa categoria no RN; conquistamos o aumento salarial de 4,48% de reajuste, com retroativo da data base de 01 de fevereiro; vale alimentação de 18 reais período de 2020-2021. O mais importante, também, foi a

vitória em cima dos patrões que o tempo todo desde outubro de 2019 tentaram frustrar as negociações.

Mesmo assim a diretoria saiu triunfante diante de uma greve emblemática com cinco interditos proibitórios, mas, que ela não abaixou a cabeça para os patrões, seguindo firme e forte, com o dissídio coletivo.

Agora, aguardamos o acórdão, para sabermos como será definido as formas de pagamento ou se terá recurso do patronal. Após publicar o acórdão, ambas as partes poderão recorrer daquilo que não concorda. Deixamos claro que não vamos desistir. Agradecemos a todos que participaram e vibraram com a bela notícia. Pois, Sindsecur é trabalho!

FONTE: SINDSEGUR

PAGAMENTO DE PROCESSO – MAP:

QUASE 34 MIL PARA 10 COLEGAS MAP – MULTAS E DIFERENÇAS



O convite está feito para dez colegas Map ou ex-Map para procurar o Sindicato e receberem seus cheques, com valores que variam de 2.100 a 6.100, totalizando quase 34 mil reais, resultante de uma ação de 2015 na justiça cobrando Aviso Prévio, multa do art. 477 da CLT (atraso no pagamento da rescisão) e diferenças (adicional noturno, intervalo intrajornada, etc.).

É mais uma luta e conquista do seu Sindicato na batalha para retirar do bolso dos patrões o direito do trabalhador e entregá-lo diretamente ao trabalhador.

Buscar o direito do trabalhador direto no bolso do patrão é compromisso de uma direção sindical de luta, séria, combativa, que não “arrega” para patrão esperto e sem pelego.

VARIOS CRÉDITOS PARA OS COLEGAS MAP - Para os colegas da MAP o Sindicato tem repassado os créditos de processos que buscaram resíduo de periculosidade, Dano Moral por Exame Médico Anual, entre outros. É só ficar ligado, participar do dia-a-dia do seu instrumento de luta e se informar com o seu Sindicato.

Para os 10 colegas deste processo, nossos parabéns pela luta e pela conquista.

Confirme seu nome a seguir e fale com o seu Sindicato, sempre das 08 às 11h. Não deixe de levar original e cópia do RG, CPF, prova de residência e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato Map). Quem é do interior, o crédito vai para a conta.

PROCESSO 905.2015.31 - SINDVIGILANTES/BA X MAP – AVISO E MULTAS

- IGOR CHADRLES DE SOUZA BOMFIM
- IVANILDA SILVA SANTOS DUARTE
- ICARO DE JESUS COSTA
- ISRAEL FRANCO MATOS
- JOSE RODRIGUES DE SOUZA NETO
- JOSE ADELMO MENDONÇA DOS SANTOS
- JOABE BATISTA PAIVA
- JAILDO SANTANA MIRANDA
- JOSEMIR DE JESUS
- JOMARIO JORGE AUSTRICLIANO SILVA SANTOS

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Diretor da CNTV apresenta Projeto de Lei para garantir vacinação do brasileiros

Ibaneis sanciona lei para apresentar Plano de Vacinação contra Covid-19 em 30 dias



A lei aprovada pela CLDF estabelece que GDF tem um mês para divulgar amplamente o Plano Distrital de Imunização contra o Coronavírus - RAFAELA FELICCIANO/METRÓPOLES

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou, agora há pouco, lei que dá 30 dias para o Governo do Distrito Federal (GDF) apresentar o Plano Distrital de Vacinação contra a Covid-19. O prazo começa a contar a partir desta segunda-feira (14/12), dia em que o dispositivo legal foi publicado na edição extra do Diário Oficial do DF (DODF).

A lei, aprovada na última quinta-feira (10/12) pela Câmara Legislativa do DF (CLDF), estabelece que o Poder Executivo local deve adotar “todas as providências necessárias, em caráter de urgência, para vacinar a população residente

do Distrito Federal”, em caso de declaração oficial de pandemia ou epidemia.

Segundo a lei, o plano distrital deve ser amplamente divulgado antes da imunização e precisa conter todos os elementos necessários para a sua efetivação.

“Temos plena condição de organizarmos logística, usando toda a estrutura existente na rede pública, para implementarmos o programa de vacinação no DF. E é isso o que vamos fazer. No tempo mais curto possível, este planejamento será apresentado como estabelecido na lei sancionada”, declarou Ibaneis à coluna Grande

Angular.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) é o autor da proposta que deu origem à norma sancionada pelo governador. O projeto de lei contou também com assinatura do presidente da CLDF, Rafael Prudente (MDB), e de Arlete Sampaio (PT).

Chico Vigilante disse à coluna Grande Angular que a programação distrital para aplicação do imunizante é necessária “porque o Brasil não tem plano”: “Cada estado está fazendo o seu. Apresentei o projeto – aprovado no mesmo dia – para que o DF tenha plano de vacinação e comece a adquirir as vacinas. Espero que o governo divulgue o programa e comece imediatamente a vacinação”.

A CLDF criou, também na quinta-feira, uma comissão especial para acompanhar, fiscalizar e garantir a apresentação do programa de imunização contra o novo coronavírus.

O objetivo do grupo de parlamentares é chamar os representantes das empresas produtoras das vacinas para debater a viabilidade de implantação no DF. A comissão ainda quer se reunir com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Na semana passada, o secretário de Saúde, Osnei Okumoto, disse que o DF está preparado para receber e armazenar as doses de vacina. O gestor pontuou que a capital federal tem, em estoque, dois milhões de seringas e agulhas. Segundo Okumoto, o GDF também iniciou um processo para compra de mais 4,8 milhões de insumos.

Plano nacional

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski determinou, neste domingo (13/12), que o Ministério da Saúde apresente, em 48 horas, informações sobre as datas de início e término do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O Ministério da Saúde entregou, no sábado (12/12), o plano da campanha ao STF. Em 93 páginas, o documento detalha como a pasta pretende executar a imunização da população brasileira. O texto, entretanto, não apresenta uma data para o início da vacinação dos integrantes de grupos prioritários, que incluem profissionais de saúde e idosos, entre outros.

Em nota divulgada no domingo, antes da decisão do ministro do STF, o Ministério da Saúde afirmou que “apresentar uma data, especificar um imunobiológico e apresentar informações sem a devida identificação de uma vacina aprovada pela Anvisa, não condiz com as práticas de segurança e eficiência do Programa Nacional de Imunizações da pasta, que não trabalha com fulcro em especulações desprovidas de confirmações técnicas e científicas”.

A pasta também informou que deve detalhar o plano à população na quarta-feira (16/12). O Ministério da Saúde, contudo, pontuou que o documento ainda pode sofrer modificações durante o seu processo de implementação.

FONTE: LILIAN TAHAN e ISADORA TEIXEIRA - METROPOLES

Quase 20 milhões de acordos de suspensão de contrato e redução de jornada já foram celebrados

Foram 147 mil vínculos em 2019, com renda média de R\$ 637. Isso quando o trabalhador foi chamado



Apresentado Neste mês de dezembro, termina o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pelo Ministério da Economia, por meio da Medida Provisória (MP) 936/2020, que depois virou lei. Devido à pandemia, o governo autorizou que as empresas firmassem acordos com seus funcionários para a suspensão temporária de contratos ou a redução de jornadas e salários (de 25%, 50% ou 70%), a fim de evitar demissões. Em contrapartida, o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) vem sendo pago pelo governo federal aos trabalhadores afetados, como forma de compensar a perda de rendimentos. Até novembro, 19.765.205 contratos dos dois tipos foram celebrados no país.

O Ministério da Economia não informou quantos acordos ainda estão em vigor desde

que o programa foi instituído em abril. No entanto, com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), somente nos últimos três meses, ou seja, de setembro a novembro, mais de 2,5 milhões de pactos foram estabelecidos.

Leandro Antunes, professor de Direito Trabalhista do Ibmecc-RJ, avalia que, apesar de o estado de calamidade terminar no dia 31 deste mês, é possível que o governo intervenha para prorrogar o pagamento do BEm ou estabelecer outra medida:

— A gente não esperava que a pandemia pudesse durar tanto tempo, e ninguém contava que a população ficasse impedida de exercer suas atividades de forma plena. Por mais que tenha havido a abertura, tem muita gente que ainda não recuperou a renda que tinha antes.

Ainda de acordo com Antunes, se o programa for encerrado em dezembro, provocando o fim dos acordos, o salário pago em janeiro ainda estará reduzido:

— Você trabalha um mês para receber até o 5º dia útil do mês seguinte. Então, o empregado terá que trabalhar de forma integral em janeiro, para então receber o salário total em fevereiro.

Fonte: Extra

Para marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a instituição lançou, nesta quinta, 10 de dezembro, um manifesto pela paz no trabalho



Para marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nesta quinta-feira, 10 de dezembro, um manifesto pela paz no trabalho. O documento pede a ratificação da Convenção 190 e da Recomendação 206 da Organização Internacional do Trabalho, que traçam diretrizes para o enfrentamento da violência e do assédio no ambiente de trabalho.

Assinada pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade e Eliminação da

Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), do MPT, a nota reforça que a violência e o assédio são práticas inaceitáveis e que podem causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos.

“Quando relacionados com o ambiente de trabalho, elas degeneram o clima organizacional, afetam a autoestima e a produtividade de trabalhadoras e trabalhadores, promovendo até mesmo a interrupção precoce de carreiras profissionais”, alerta ainda o manifesto.

A procuradora Adriane Reis de Araujo, coordenadora nacional da Coordigualdade, explica que “o objetivo de lançar o manifesto nesta data é evidenciar que o respeito aos direitos humanos, à dignidade humana, à não discriminação é essencial como medida para promoção da paz social, seja na sociedade, seja no trabalho”.

Acesse a íntegra do documento: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-publica-ratificacao-convencao-190-oit-assinada.pdf>

FONTE: Procuradoria-Geral do Trabalho

Insegurança para trabalhador:

Trabalho temporário tem maior alta desde 2008

Como os patrões só se interessam pelo lucro, ao invés de gerar empregos de qualidade, aproveitam a reforma de Temer que legalizou essa forma precária de contratação



FOTO: AGÊNCIA BRASIL/ARTE: CUT

O trabalho temporário, modelo de contratação precário legalizado pela reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer, em 2017, virou uma tendência entre empresas que querem lucrar mais e pagar menos aos trabalhadores e trabalhadoras, em especial em épocas de crise, e cresce mais a cada dia.

Apenas em outubro deste ano, em torno de 30,7 mil trabalhadores temporários foram contratados, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Governo Federal. O número representa 7,7% do total de vagas criadas no mês (394,9 mil) e é o maior desde 2008.

O índice de contratações em empresas especializadas em trabalhos temporários cresceu 25% - quase 10 vezes mais do que no mercado formal de trabalho (2,3%), entre de junho e outubro deste ano.

Essas contratações atendem somente aos interesses dos empresários que, em tempos de crise - e em nome dos lucros - não se arriscam a contratar trabalhadores efetivos, afirma a técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/ Subseção CUT), Adriana Marcolino.

“Ao invés de gerar empregos de qualidade, esses contratos garantem economia para as empresas e insegurança para os trabalhadores e trabalhadoras”, diz Adriana. Ela afirma ainda que esses contratos consideram trabalhadores como simples mercadorias que as empresas podem comprar e descartar conforme a necessidade.

“Mas estamos falando de pessoas, de famílias, que contribuem para a geração de riqueza do país e milhões delas, hoje, fazem parte da estatística do desemprego, que se mantém em patamares elevados”, completa Adriana.

O número de desempregados no Brasil é de 14,1 milhões de pessoas, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao 3º trimestre de 2020.

Que o Brasil vive uma crise, todos sabem. Inclusive o governo Federal, que ainda assim não tem políticas econômicas efetivas para

enfrentar as dificuldades, com investimentos, para promover desenvolvimento com geração de emprego e renda.

E o resultado, em especial nesses tempos de pandemia do novo coronavírus é dificuldade para todos os setores. “Se o momento impõe dificuldade para as empresas, precisamos pensar em políticas que protejam a economia, as estruturas produtivas e de serviços, mas também os trabalhadores e trabalhadoras”, diz Adriana Marcolino.

Ela explica que os trabalhadores são quem mais necessitam de proteção social neste momento. E geração de empregos ‘não perecíveis’, qualidade e direitos é o elemento principal desta proteção.

Mas a história é velha

Desde 2017, a reforma Trabalhista vem precarizando as relações de trabalho e, ao contrário do que foi prometido pelos pais da nova lei, Temer e seus ministros, não houve aumento de empregos, nem de competitividade e nem mesmo crescimento econômico.

“Não trouxe nenhum emprego, pelo contrário, tirou emprego formal de quem estava trabalhando e substituiu por emprego sem direitos, pelos contratos intermitentes e os temporários, que vêm crescendo porque patrão não quer ter muito custo”, diz o vice-presidente da CUT, Vagner Freitas.

O dirigente ainda afirma que isso é o que provoca a crise no mercado de trabalho, que impacta na economia e na arrecadação para a previdência, já que o trabalhador não tem uma expectativa de longevidade no emprego.

A CUT, lembra Vagner, já alertava desde o início da tramitação da proposta que era mentira o que eles diziam que haveria geração de milhões de empregos, além dos que já existiam, que ia ter oportunidades para os jovens e outras promessas que não se concretizaram.

Mas o governo Bolsonaro, dando continuidade ao projeto de Brasil posto em prática após o golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, prossegue atacando ainda mais as já

fragilizadas relações de trabalho.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou em um evento em Brasília, no último dia 8, que para o país incluir 40 milhões de brasileiros no mercado de trabalho, os tais invisíveis como eles chamam os brasileiros sem emprego e sem renda que eles disseram só saber que existiam durante a pandemia, é preciso precarizar ainda mais os direitos, retomando o contrato de trabalho Verde-Amarelo, que só beneficia os patrões, como tudo que esse governo faz.

De acordo com o Dieese o programa vai no sentido contrário. “Tem potencial para aumentar o desemprego e a precarização”.

Momento de consciência

Vagner Freitas avalia que este é o momento de a sociedade comparar a situação do mercado de trabalho antes e depois da reforma Trabalhista para perceber que os direitos dos trabalhadores são sagrados, ou eram antes do golpe.

De acordo com Vagner, a crise agravada pela pandemia, a falta de uma ação nacional de combate ao novo coronavírus resultaram em mais queda da renda e do trabalho no Brasil e o governo não tem nenhuma proposta para resolver a situação.

E os trabalhos precarizados, temporários, terceirizados, completa o dirigente, refletem na forma de prestação de serviços e até de relações sociais que, igualmente, se deterioram.

“Apesar do cunho racista, o assassinato no Carrefour em Porto Alegre é um reflexo da falta de preparo de trabalhadores terceirizados, que não recebem treinamento adequado para lidar com o público”, exemplifica Vagner Freitas.

O assassinato de João Alberto pelos funcionários de uma empresa de segurança terceirizada pelo Carrefour em 19 de novembro de 2020 é a “cara da denúncia que a CUT fez sobre o que aconteceria num futuro próximo, com a aprovação da reforma Trabalhista: Colocaria em risco a vida das pessoas e a reputação das empresas”, diz Vagner.

Fonte: Marize Muniz e Andre Accarini - CUT

Ser patriota é defender o que é nosso.

Defenda as estatais, diz campanha da CUT

CUT lança nesta quinta, campanha nacional, em TVs e rádios abertas, campanha em defesa das estatais, que é patrimônio do povo brasileiro



A CUT e entidades filiadas lançam, nesta quinta-feira (10), uma campanha publicitária em defesa das estatais, que será veiculada em TVs e rádios abertas como a TV Bandeirantes, a BandNews e o SBT.

A direção da CUT promove o lançamento oficial nesta quinta, às 15h, em uma live que será transmitida na página do Facebook da Central. Participam da transmissão os secretários de Comunicação, Roni Barbosa, de Administração e Finanças, Ariovaldo Camargo, de Relações do Trabalho, Ari Aloraldo Nascimento, o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (Fentect), José Rivaldo da Silva, e outros dirigentes que estão sendo confirmados.

O lançamento da campanha coincide com a ofensiva da Petrobras, que anunciou na semana passada a conclusão da fase de negociação para a venda de refinarias e outras empresas da companhia. Leia mais no final do texto.

A luta contra as privatizações tem ainda duas publicações – uma em português e outra em espanhol –, que serão lançadas nesta sexta-feira (11) e fazem parte do esforço para mostrar para a sociedade e para o mundo a importância das empresas estatais e também os serviços públicos prestados para a sociedade em áreas essenciais como saúde, educação e previdência social.

De acordo com o secretário de Comunicação da CUT Nacional, Roni Barbosa, a campanha foi

pensada e bancada por todos os sindicatos, federações e confederações filiadas a Central com o objetivo de defender as empresas e bancos estatais, patrimônio do Brasil, dos brasileiros e das brasileiras.

“Com esta campanha queremos sensibilizar a população, com uma linguagem direta e simples e também com humor para que todos entendam o que está acontecendo com o patrimônio público”, diz Roni, lembrando que a maioria dos brasileiros é contra a privatização das estatais, segundo pesquisa.

Apesar disso, além da Petrobras, o programa de privatização do governo inclui bancos públicos, os Correios, a Eletrobras e, recentemente, falou até em privatizar Unidades Básicas de Saúde, recuou por causa da reação da sociedade.

De acordo com o secretário, os comerciais exaltam as riquezas do Brasil, as cores da bandeira nacional e afirmam que “patriota de verdade defende o que é nosso, defender as estatais”, mostrando cenas de mata, céu, mar e pessoas, praias e bancos de praça, simbolizando todas as riquezas nacionais e patrimônio público que podem ser vendidas a grupos internacionais pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL).

A privatização da Petrobras

A Petrobrás anunciou na semana passada que concluiu a fase de negociação para a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, com o Grupo Mubadala, e que recebeu ofertas pela Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas, pela Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará, e pela Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná.

A estatal espera dar continuidade ao que chama de processo de desinvestimentos em 2021 ignorando o fato de que as

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

refinarias da companhia foram concebidas não pra concorrerem entre si, mas para serem complementares, visando garantir o abastecimento do país, segundo avaliação da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET).

Segundo a AEPET, estudos realizados este ano pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio sobre a venda das refinarias, apontam vários riscos à economia regional que passam, por exemplo, pelas possibilidades da criação de monopólios privados, com reflexos nos preços ao consumidor, ao risco de desabastecimento, entre outros. Os estudos apontam ainda a necessidade de definições muito claras para a transição, inclusive ressaltando a importância e premência para questões regulatórias.

“A RLAM, REMAN, Lubnor e SIX não têm concorrentes em suas regiões, vende-las significa transferir para o setor privado um monopólio estatal constituído na prática, uma vez extinto na lei desde 1997. Para aumentar a concorrência, o correto é a iniciativa privada construir suas próprias refinarias”, diz trecho de artigo publicado no site da entidade.

Além de ir na contramão do que estão fazendo as petroleiras do mundo, o fatiamento da Petrobras não é bom para a companhia, que abre mão de seus investimentos e fluxos positivos de caixa, nem para o Brasil, especialmente nas regiões afetadas, que ficarão, na melhor das hipóteses, à mercê das prioridades da iniciativa privada e de seus preços, sem nenhuma concorrência, dizem os engenheiros.

FONTE: Marize Muniz - CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF